



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em reais mil)**

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia tem como objetivo preponderante a siderurgia, além da indústria e comércio de molas para veículos e outros produtos derivados do aço, a implantação, desenvolvimento e exploração florestal e a importação de produtos siderúrgicos e matérias-primas.

Os projetos florestais com a participação de terceiros, implantados em propriedades da Companhia, tem uma remuneração pela cessão de terras e pela administração desses projetos, na maior parte, 30% do resultado econômico, apurado quando dos desbastes e corte final.

02 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, observando-se os conceitos contidos na Lei nº 6.404/1976, ressalvadas as modificações introduzidas através das Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, e em observância as normas e instruções regulamentares, emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras também incluem estimativas e premissas, como para determinação de perdas provenientes de duplicatas a receber e demais créditos não recebidos, da vida útil de ativos e das provisões necessárias para passivos contingentes, portanto os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos, orientações e interpretações relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela Companhia, com exceção dos investimentos, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que pelo International Accounting Standards Board (IASB), órgão que emite os IFRS - International Financial Reporting Standards, é definido que os investimentos em empresas controladas sejam avaliados pelo método do custo. Assim sendo, na elaboração destas demonstrações financeiras, foram observados os seguintes pronunciamentos: CPC 01 – Redução ao valor recuperável de Ativos (Deliberação CVM 639/10); CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa (Deliberação CVM 641/10); CPC nº 04 – Ativo Intangível (Deliberação CVM 644/10); CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil (Resolução CVM 645/10); CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM 557/08); CPC 12 – Ajuste a Valor presente (Deliberação CVM 564/08); CPC 16 – Estoques (Deliberação 575/09); CPC 18 – Investimentos em coligadas e em controladas (Deliberação CVM 605/09); CPC 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes (Deliberação CVM 594/09); CPC 26 – Apresentação das Demonstrações contábeis (Deliberação CVM 676/11); CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM 583/09); CPC 30 – Receitas (Deliberação CVM 597/09); CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM 599/09); CPC 36 – Demonstrações Consolidadas (Deliberação CVM 668/11); CPC 37 – Adoção das Normas Internacionais de contabilidade (Deliberação CVM 647/10); e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 41 (Deliberação CVM 651/10).



O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação:

- i) das participações da Companhia no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;*
- ii) dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e*
- iii) dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.*

A conciliação entre o lucro líquido da controladora e o consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é como segue:

<i>Lucro líquido da controladora</i>	<i>8.511</i>
<i>Participação de acionistas não controladores</i>	<i>(1)</i>
<i>Lucro líquido consolidado</i>	<i>8.510</i>

03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:

a) Apuração do Resultado:

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência.

b) Disponibilidades:

As aplicações em títulos e valores mobiliários, classificadas na categoria Disponível para Venda, são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos até as datas dos balanços, os quais são registrados no resultado do período e ajustados a valor de mercado, sendo este ajuste reconhecido em conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e incorporado ao resultado do período em que ocorrer a efetiva realização.

c) Duplicatas a Receber:

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais, auferidos até a data do balanço.

Os saldos registrados nesta rubrica, bem como na rubrica contábil de fornecedores, não foram ajustados a valor presente, uma vez que seus prazos são compatíveis com o ciclo operacional da empresa;

d) Direitos Realizáveis a longo prazo:

Demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e variações monetárias, auferidos e ajustados, quando aplicável, por provisão, considerando os valores de mercado ou de realização.

e) Estoques:

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, inferiores ao custo de reposição e realização. O custo do estoque está baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição,



transportes e armazenagens dos estoques. No caso dos estoques de produtos acabados e estoques de produtos em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação, baseadas na capacidade normal de operação.

f) Investimentos:

São reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial, sobre o valor do patrimônio líquido contábil das sociedades controladas, conforme participação acionária da Aliperti S/A.

g) Imobilizado e Intangível:

Com a identificação do valor justo (de mercado) dos Bens Imóveis das empresas controladas, a Companhia reconheceu no mês de setembro de 2011, em seus Investimentos, via método da equivalência patrimonial – MEP os ajustes da avaliação patrimonial efetuados pelas empresas controladas S/A Agro Industrial Eldorado e Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda., sendo considerado o valor venal dos imóveis por estas empresas, refletido nos demonstrativos do ITR – Imposto Territorial Rural de 2011; a S/A Agro Industrial Eldorado e a Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda. contabilizaram o ganho dos referidos ajustes em seus Imobilizados, em contrapartida nos Patrimônios Líquidos, rubrica específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, conforme preceitua a Lei 11.638/07; com isso, através da equivalência patrimonial, a Aliperti reconheceu uma variação (positiva) correspondente de R\$ 180.369 mil em suas demonstrações intermediárias encerradas em 30/09/2011, onde demonstramos os efeitos da contabilização desses ajustes pelas controladas ao término do 3º trimestre e o total dos Investimentos registrados no Balanço da Aliperti, em 31 de dezembro de 2011:

Efeitos reconhecidos no mês de setembro pelas controladas S/A Agro Industrial Eldorado e Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda., em seus balancetes:

Controlada	DESCRIÇÃO	2011		
		CUSTO AQUISIÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	VARIAÇÃO (POSITIVA)
S/A Agro Industrial Eldorado	Terrenos e Propriedades Rurais	17.434	189.950	172.516
Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda.	Terrenos	590	8.488	7.898

Efeitos reconhecidos no balancete de 30/09/2011, evolução e o montante dos investimentos no Balanço encerrado em 31 de dezembro de 2011 da Aliperti (controladora):

Controlada	Saldo dos investimentos na Aliperti em 30/06/11 (antes dos ajustes de avaliação das controladas)	Reconhecimento via MEP, dos ajustes de avaliação patrimonial (AAP) efetuados pelas controladas	Outros ajustes a crédito em investimentos	Saldo ajustado dos investimentos em 30/09/11 na Aliperti	Ganho/perda com investimento nas controladas, ref. 4º trimestre de 2011	Saldo dos investimentos em 31/12/2011 na Aliperti
S/A Agro	25.348	172.488	(289)	197.547	2.279	199.826
Eldorado Com. F. Aço	3.225	7.881	(52)	11.054	(1.776)	9.278
Totais	28.573	180.369	341	208.601	503	209.104



Com isso, o Balanço consolidado da Aliperti em 31 de dezembro de 2011 reflete o valor de uso e/ou mercado dos Bens Imóveis próprios e de suas controladas, não havendo ativos em que o valor contábil registrado possa exceder ao seu valor recuperável.

A depreciação é calculada e reconhecida pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil estimada dos bens, espelhando as taxas recomendadas pela Legislação Fiscal.

No Intangível encontram-se os saldos reclassificados do ativo imobilizado, que referem-se aos direitos de uso de software e do ativo diferido referente as despesas pré-operacionais.

h) Provisões Férias e Encargos:

Referem-se as provisões para férias e encargos sociais calculados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados, até o encerramento do balanço.

i) Provisão para Contingências:

A Companhia e suas controladas, em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus Assessores Jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores, referentes jurisprudências nos respectivos tribunais, frente às qualidades reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso, a seguir:

- ***Processos de natureza tributária:***

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como parte em 101 (cento e um) processos judiciais e administrativos que versam sobre a matéria fiscal, avaliados pelos Assessores Jurídicos, referentes aos autos de infração do ICMS, PIS, COFINS, IPI, IRPJ e ITBI. como sendo de risco possível no montante de R\$ 63.668 mil (59.602 mil em 2010). Em observância ao disposto no CPC 25, o referido montante não foi provisionado, por não ser considerado como risco de perda provável.

- ***Processos de natureza trabalhista***

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como parte em 79 (setenta e nove) processos trabalhistas. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade a insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, multa do FGTS referente aos planos Verão e Collor, dentre outros, não existindo processos de valores individualmente relevantes. O montante total discutido entre ações de risco provável e possível é de R\$ 2.346 mil (2046 mil em 2010), para o qual foi mantida a provisão já existente (1.800 mil), para fazer frente



aos processos de perda provável, levando-se em consideração a base de informações dos Assessores Jurídicos, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável.

- ***Processos de natureza cíveis***

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como partes em 38 (trinta e oito) processos judiciais que versam sobre matéria cível, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável e possível, no montante de R\$ 1.520 mil (3.841 mil em 2010), para o qual a Companhia manteve a provisão já existente de R\$ 550 mil, para fazer frente aos processos com risco de perda provável.

Existem outros processos avaliados pelos Assessores Jurídicos como sendo de risco remoto e mensuração sem suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização ou divulgação.

- ***Ativos contingentes***

Referente ao direito estimado de R\$ 6.000 mil a receber do Banco ABN AmroBank, proveniente de sentença judicial em favor da companhia, transitado em julgado no exercício de 2009 e reconhecido no referido exercício.

j) Patrimônio Líquido

- ***Capital Social***

O capital social está dividido em 62.500 ações ordinárias nominativas e 123.455 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

- ***Direito das Ações***

Em conformidade com o estatuto, legislação societária e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados dividendos de 10% (dez por cento) superiores aos das ações ordinárias e prioridade no reembolso do capital, em caso de dissolução da Companhia.

Uma vez absorvidos os prejuízos acumulados, eventualmente existentes, será atribuído aos acionistas em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária.

- ***Ações em Tesouraria***

A Companhia possui em tesouraria, na data do balanço, 3.800 (três mil e oitocentas) ações preferenciais, resultantes de aquisição em leilão público, realizado em 07/02/2002, com preço médio de R\$ 141,76 (cento e quarenta e um reais e setenta e seis centavos) por ação.



- *Reservas de Reavaliação*

As reservas de reavaliações dos terrenos e propriedades rurais próprias, no montante de R\$ 9.177 mil, mais a reavaliação de terrenos e propriedades rurais das Controladas, no montante de R\$ 7.145 mil, foram realizadas em datas anteriores a promulgação da Lei nº. 11.638/2007.

Os saldos do imobilizado, registrados nas rubricas Terrenos e Propriedades rurais são os mesmos representados nas contas de Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido.

A diferença entre os saldos conciliados da Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido) e os saldos do Imobilizado (Nota 12), referem-se a diversos itens como, por exemplo, subestação de energia elétrica, galpões de laminação, silos de carvão e tanques de carepa.

NOTA 4 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Legislação Societária Brasileira, Normas da CVM e IFRS (IASB), abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas coligadas: S/A Agro Industrial Eldorado (99,98338%), Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda. (99,7816%) e RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. (98,0000%).

Conforme exposto na nota 02, as demonstrações individuais da Aliperti (controladora) não converge em sua totalidade com as IFRS, tendo em vista o resultado da participação nas empresas controladas, reconhecido pelo método da equivalência patrimonial, sendo que nas práticas internacionais, é pelo custo do investimento realizado.

NOTA 05 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO

INSTITUIÇÃO	TIPO APLICAÇÃO	PRAZO RESGATE	TAXA	QUANT. QUOTAS	2011 (R\$ mil)	2010 (R\$ mil)
J.P. Morgan	Italy FAQ	Indeterminado	Pós determinada	30.964,39549	20.001	11.890
Banco Itaú	Private Europa	Indeterminado	Pós determinada	-	-	2.187
Banco Itaú	Estruturado	Indeterminado	Pós determinada	-	-	349

INSTITUIÇÃO	TIPO APLICAÇÃO	PRAZO RESGATE	TAXA	VALOR APLICADO	2011 VALOR ATUALIZADO (R\$ mil)	2010 VALOR ATUALIZADO (R\$ mil)
Diversos	Mercado Ações	Indeterminado	Variável	882	823	752
Banco Rural S/A	CDB	2013 à 2016	Até 115% CDI a.m.	8.984	10.989	8.054
Banco Itaú S/A	NTN	Indeterminado	Média 4,32%	-	-	-
Banco Itaú S/A	Debêntures	Indeterminado	Min. 102% CDI a.m	-	-	267
Banco Itaú S/A	CDB	2013	Min. 80% a.m.	-	-	4.266
Bco Bradesco S/A	CDB	2013	Min. 98,5% a.m	251	253	53
Totais				10.117	32.066	27.818

De acordo com o disposto no art. 2º, parágrafo 1º, inciso “A” da Instrução CVM nº. 235, os valores indicados representam disponibilidades da Companhia, atualizados a valores de mercado até 31.12.2011.



NOTA 06 - ESTOQUES

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<i>Produtos Acabados</i>	<i>2.512</i>	<i>1.972</i>
<i>Matérias-Primas</i>	<i>866</i>	<i>1.414</i>
<i>Materiais Intermediários</i>	<i>244</i>	<i>244</i>
<i>Outros</i>	<i>66</i>	<i>66</i>
Totais	3.688	3.696

Os estoques da Companhia não excedem seu valor recuperável, não havendo necessidade de provisão para desvalorização a mercado ou, ainda, para obsolescência.

NOTA 07 – ADIANTAMENTO PARA INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

Visa o reforço de capital circulante e o atendimento a novos investimentos da Companhia em suas controladas S/A Agro Industrial Eldorado (R\$ 4.679 mil) e RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. (R\$ 2.161 mil).

Será proposto em Assembléia Geral, a aprovação da capitalização destes saldos ou a manutenção das atuais diretrizes.

NOTA 08 – INVESTIMENTOS – ORÇAMENTO DE CAPITAL

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<i>Adto p/ investimento aprovado na S/A Agro Industrial Eldorado</i>	<i>27.356</i>	<i>27.356</i>
<i>Contas correntes – controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda</i>	<i>1.070</i>	<i>-</i>
Totais	28.426	27.356

Há perspectivas de nos próximos exercícios o montante de R\$ 27.356 mil ser integralizado ao capital social da controlada, caso contrário, será ressarcido.

NOTA 09 – DEPÓSITOS E CAUÇÕES

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<i>Bloqueio Judicial – a)</i>	<i>1.100</i>	<i>579</i>
<i>Depósito Judicial Trabalhista</i>	<i>200</i>	<i>168</i>
<i>Depósito Judicial – Outros – b)</i>	<i>2.504</i>	<i>2.504</i>
Totais	3.804	3.251

- a) Na data de 12 de julho de 2011, a empresa sofreu um bloqueio judicial de R\$ 493 mil diretamente em conta, decorrente do Processo de Execução nº. 2009.61.82.043711-0 movido pela Fazenda Nacional, em montante atualizado (até 2010) de R\$ 9.441 mil, sendo que no dia 08 de agosto o Departamento jurídico da Companhia ingressou com defesa, tendo em vista a prescrição da*



referida ação e aguarda a decisão do Tribunal pertinente para reversão (ressarcimento) do montante, sendo a probabilidade de perda remota, no processo em questão.

- b) Referente a depósitos para ações cíveis efetuados em exercícios anteriores, onde a companhia aguarda decisão da justiça para os processos discutidos judicialmente, sendo que o saldo não sofreu variação no exercício.

NOTA 10 - OUTROS CRÉDITOS – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Encontram-se registrado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2011, os valores provenientes:

- Do crédito fiscal oriundo da decisão favorável na Justiça Federal, no valor estimado de R\$ 9.175mil; mil – 6ª Vara Federal – SP – Processo 00741077-8;
- Do Crédito estimado de R\$ 6.000 mil a receber do banco ABN, conforme nota 3”i”.
- De Títulos de Apólices da Dívida Pública Federal, no montante de R\$ 975 mil.

NOTA 11 - INVESTIMENTOS

	2011	2010
<i>Em Controladas</i>	211.952	31.487
<i>Outros Investimentos</i>	2.304	2.304
Total	214.256	33.791

a) MOVIMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	S/A Agro Ind. Eldorado		Eldorado Com. Ferro e Aço Ltda.		RMCA Inc. Planej. Ltda.	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<i>No início do Exercício</i>	25.168	25.900	3.687	4.256	2.632	2.284
<i>Equivalência Patrimonial</i>	174.657	(732)	5.591	(569)	217	348
<i>No final do Exercício</i>	199.825	25.168	9.278	3.687	2.849	2.632

As variações de equivalência patrimonial significativas no exercício, demonstradas no quadro acima referem-se aos ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidas pelas empresas controladas em seus respectivos Patrimônios Líquidos, S/A Agro Industrial Eldorado e Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda., conforme descrito na nota 3g.



b) INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTROLADAS

	<i>S/A Agro Ind. Eldorado</i>	<i>Eldorado Com. De Ferro e Aço Ltda.</i>	<i>RMCA Incorp. Planej. Ltda.</i>
<i>Número Ações/Cotas (000)</i>	6.449.132	6.000.000	36.800
<i>Participação na Controlada</i>	99,98338%	99,7816%	98,00%
<i>Patrimônio Líquido controlada</i>	199.858	9.299	2.907
<i>Reserva de Reavaliação</i>	6.733	415	-
<i>Resultado no Exercício</i>	2.170	(2.295)	221

c) OUTROS INVESTIMENTOS

	<i>2011</i>	<i>2010</i>
<i>Participação em Incentivos Fiscais</i>	12	12
<i>Ações – Cosipa</i>	2.292	2.292
<i>Total</i>	2.304	2.304

NOTA 12 - IMOBILIZADO

				<i>2011</i>	<i>2010</i>
<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>TAXA</i>	<i>CUSTO AQUISIÇÃO</i>	<i>DEPRECIÇÃO ACUMULADA</i>	<i>CUSTO LÍQUIDO</i>	<i>CUSTO LÍQUIDO</i>
<i>Terrenos</i>	-	17.652	-	17.652	17.652
<i>Propriedades Rurais</i>	-	35.896	-	35.896	35.896
<i>Edifícios</i>	<i>De 1% a 4%</i>	22.946	(9.698)	13.248	10.831
<i>Máquinas, Equip. e Instalações</i>	10%	4.308	(1.290)	3.018	2.540
<i>Reflorestamentos</i>	-	36	-	36	36
<i>Móveis e Utensílios</i>	10% e 20%	1.512	(1.239)	273	284
<i>Veículos</i>	20%	777	(321)	456	526
<i>Obras em Andamento</i>	-	6	-	6	2.435
<i>Totais</i>		83.133	(12.548)	70.585	70.200

As avaliações efetuadas nos Terrenos e Propriedades Rurais, reconhecidas no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2010, resultaram em uma variação (aumento) de R\$ 47.498 mil, sendo R\$ 15.448 mil em Terrenos e R\$ 32.050 em Propriedades Rurais, ambas registradas em contrapartida no Patrimônio, rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial.



NOTA 13 – FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo deste grupo estava composto dos seguintes valores:

a) FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES COSIPA: (R\$ 6.226 mil)

A Instituição Financeira tem como garantia as próprias ações COSIPA, alienadas à Aliperti S/A e penhor mercantil;

A Companhia possui ação judicial junto a Cosipa, sobre questionamento de valores liquidados. Baseado nas informações e orientações de nossos assessores jurídicos em exercícios anteriores, a empresa mantém o saldo histórico da obrigação no Balanço não sendo necessário qualquer atualização monetária.

b) FINANCIAMENTO BNDES: (R\$ 40.005 mil)

O saldo encontra-se em “sub judice“. A Companhia, através de Laudo Pericial, está atualizando seu montante pela TR – Taxa referencial, por entender ser mais conservador, não colocando em risco os futuros interesses de seus acionistas. A partir do exercício de 2009 os saldos foram reclassificados para o Passivo Circulante, em observância ao disposto na Instrução CVM nº 207/94, tendo em vista a possibilidade de renegociação de repactuações dos vencimentos.

A Instituição Financeira tem como garantia propriedades rurais da companhia (Fazendas Beija-Flor, Beija-Flor II, Beija-Flor III, Olhos D'Água, Olhos D'Água II, Rocinha Dessio Domingues, Tamanduá e Rocinha III) de propriedade da Aliperti, conforme contratos lavrados em cartório.

Conforme opinião de nossos Assessores Jurídicos, o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à provável liquidação da dívida junto ao BNDES. As chances da Companhia em liquidar a dívida em montantes superiores ao registrado são remotas, inclusive a Siderúrgica já obteve decisão transitado em julgado a seu favor, sobre a redução da dívida, comprovada em Laudo elaborado por pericia contratada em exercícios anteriores, sobre a contestação de valores.

c) CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE MÚTUO JUNTO AO BANCO SUDAMERIS S/A, no montante (R\$ 215 mil).

A companhia aguarda decisão da justiça, e conforme opinião de seus assessores jurídicos, as chances de perda são possíveis, no entanto, em atendimento ao Princípio Contábil da Prudência, a empresa provisionou o valor em exercícios anteriores. Mediante orientação de nossa assessoria jurídica, o montante em questão também não vem sendo atualizado, havendo perspectivas do valor ser abatido do montante a receber do banco, decorrente da ação movida pela nossa Companhia, a qual já obteve ganho de causa em ultima instância (sentença transitado em julgado), com o reconhecimento do montante de R\$ 6.000 mil.

d) Saldos devedores Banco Contas Garantida: proveniente de utilização de limites/linhas de crédito automáticas (pré-aprovadas), junto ao Banco Rural – R\$ 410 mil.



NOTA 14 - COBERTURA DE SEGUROS

Valor Segurado
(R\$ mil)

Modalidade	Objeto	Prêmio	2011	2010
<i>Incêndio/empresarial</i>	<i>Imobilizado</i>	<i>6</i>	<i>17.550</i>	<i>7.200</i>
<i>Riscos Diversos</i>	<i>Veículos</i>	<i>21</i>	<i>628</i>	<i>950</i>
<i>Vida em Grupo</i>	<i>Funcionários</i>	<i>12</i>	<i>1.320</i>	<i>1.320</i>

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

Em atendimento ao disposto no CPC 05, informamos que a Companhia não possui transações comerciais com suas empresas controladas.

NOTA 16 – REMUNERAÇÃO A DIRETORES E CONSELHEIROS

No exercício de 2011, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 633 mil, assim distribuído:

Honorários	R\$ (mil)
<i>Diretoria</i>	<i>391</i>
<i>Conselho Fiscal</i>	<i>59</i>
<i>Conselho da Administração</i>	<i>183</i>